



APRESENTAÇÃO

SEMINÁRIO INTERNACIONAL MEMÓRIA E FUTURO – 200 ANOS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

ARNO WEHLING¹

Sócio Emérito e Presidente de Honra do IHGB

Em maio de 2022 realizou-se no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ainda sob a forma virtual devido à pandemia da COVID 19, o *Seminário Internacional Memória e futuro – 200 anos da independência do Brasil*. O evento foi organizado pelo IHGB, em parceria com a Fundação Alexandre de Gusmão, do Ministério das Relações Exteriores e teve com membros da Comissão Organizadora os sócios Gonçalo Mello Mourão, Lúcia Bastos, Lúcia Guimarães e Paulo Knauss.

Realizando o Seminário, o Instituto reiterava uma tradição de registrar sob a forma de estudos e pesquisas eventos e situações significativas da história do Brasil, especialmente quando da ocorrência de “datas redondas” – cinquentenários, centenários, sesquicentenários. No caso, o bicentenário da independência do país.

Por ocasião do I Centenário da Independência e num contexto de comemorações oficiais sensivelmente maior, o IHGB realizou o *Congresso Internacional de História da América*, em setembro de 1922, cujos Anais foram publicados anos depois nesta mesma Revista, em edição especial. Organizando o *Seminário Memória e Futuro 200 anos da independência do Brasil*, a Casa da Memória Nacional, como a batizou Pedro Calmon, cumpriu em 2022 finalidade semelhante à que se propôs um século atrás.

Publicam-se neste dossiê cinco dos trabalhos apresentados no Seminário.

O historiador mexicano Josep Escrig Rosa, no texto “Lenguas de fuego. Una interpretación de la independencia mexicana como contrarrevolución (1821-1823)”, estudou, com base no sermônário e outros documentos, o discurso de sacerdotes conservadores entre 1821 e 1823, no contexto da independência do México. Esse segmento eclesiástico opunha-se à Revolução espanhola de 1820 e defendia a aliança entre o trono e o altar, de modo

¹ Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Da Academia Brasileira de Letras. Professor do PPGD da Universidade Veiga de Almeida. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7965-1628>. E-mail: arno@wehling.com.br

que a independência do país corresponderia a uma contrarrevolução, que impediria a entrada do liberalismo – representado pelas Cortes espanholas – no México.

Arno Wehling, analisando a questão “Estado Nacional e Constituição no processo de independência. O papel do Conselho de Estado e do Senado do Império”, procurou demonstrar aspecto menos conhecido da fórmula política do “governo misto”, isto é, a significação de ambas as instituições, Conselho de Estado e Senado, para viabilizar o papel conservador e estabilizador atribuído ao Poder Moderador num sistema político pretendido equidistante tanto do absolutismo como do republicanismo. Tal equilíbrio dependeu de um conjunto de alianças com diferentes setores da sociedade que assumiu contornos diversos nas várias regiões do país, evidenciado na primeira eleição para o Senado.

José Maia Bezerra Neto, em “Uma certa tradição rebelde: ruídos, rumores e resistências escravas nos caminhos da liberdade do Brasil (Grão Pará, 1820-1850)”, considera seu tema em três conjunturas, a década de 1820, da ruptura com Portugal, a década de 1830, dos conflitos do período regencial, particularmente a Cabanagem e as décadas de 1840-1850, caracterizada pelo fim do tráfico, pela reação conservadora e pelo esvaziamento da “tradição rebelde escrava” no Pará.

Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão, ao indagar sobre “Uma independência republicana? Por uma história republicana da independência”, analisou o republicanismo federalista constitucional a partir da Revolução Pernambucana de 1817 como o “principal motor da independência”. Sua conclusão – semelhante, embora não de todo igual à de Agenor de Roure no Congresso de 1922 - foi a de que o temor às ideias republicanas, constitucionais liberais e federalistas levou “à adoção da solução monárquica de absolutismo encoberto pelo Poder Moderador”.

Adriana Barreto de Souza, com “Tropas de fora” versus “tropas de linha”: Exército, milícias e povo nas lutas pela independência no Rio de Janeiro”, tentou demonstrar a ação das forças militares – 1º linha e milícias – nos acontecimentos. Sublinhou o anacronismo no uso de conceitos como “forças armadas”, “exército” e “milícias”, considerando que “mesmo de forma improvisada não havia à época um exército” e que os conflitos ocorridos no Rio de Janeiro “revelaram amplo engajamento de homens de distintos grupos sociais, que viam na ascensão política do príncipe D. Pedro uma oportunidade de mudarem seus rumos”.

Os trabalhos apresentados neste dossiê destacam aspectos fundamentais do processo de independência americano, com seus diferentes atores, segmentos e interesses arregimentados



em conflitos ideológicos nascidos, em última análise, do conflito entre dois mundos, o do Antigo Regime que submergia e o do liberalismo que se propunha substituí-lo para melhor.